



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

17 de Dezembro de 2021

OS COMPROMISSOS SÃO PARA MANTER, SEJA QUAL FOR O GOVERNO

Ao longo do corrente ano de 2021, a UGT participou, de forma sempre empenhada, quer na Concertação Social tripartida, quer com o Governo, em múltiplas reuniões sobre variadas matérias laborais, fosse na Agenda do Trabalho Digno, fosse na discussão das medidas de urgência no combate à pandemia, na proteção do emprego e na sustentabilidade das empresas, no “lockdown”, no teletrabalho, na continuação de uma política salarial de crescimento gradual e sustentável, designadamente no salário mínimo nacional, na negociação coletiva, nas matérias que integram o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, na conciliação entre a vida privada, pessoal e profissional, na Igualdade de Género em todas as suas múltiplas dimensões, no combate à precariedade laboral e na proteção dos jovens no mercado de trabalho, na melhoria das qualificações através da formação profissional, designadamente com a celebração de um acordo de concertação social, **onde do lado sindical apenas esteve a UGT – como sempre e em defesa dos trabalhadores** – para além de toda a envolvimento dos sindicatos da UGT na defesa do diálogo social e dos processos negociais pela melhoria dos salários e das melhores condições de vida dos trabalhadores dos setores público e empresarial do Estado e do setor privado.

A participação da UGT na discussão das matérias do Código do Trabalho, com vista à introdução de algumas alterações pontuais, sobretudo na tentativa de reversão de medidas impostas pela troika em 2012, foi um dos mais difíceis períodos que atravessámos na última década, fruto da pressão exercida pela extrema-esquerda parlamentar sobre o Governo e o partido que o suporta – o PS – discutindo matérias, inclusive salariais, que sempre foram do domínio da concertação social entre sindicatos, empregadores e Governo, mas que atingiram um pico de notoriedade, quando o Governo cedeu em vários aspetos dessa negociação – SMN, pensões com aumento intercalar a Janeiro de 2022, mexidas na caducidade, mantendo a suspensão de contratos coletivos até 2024, alargamento do princípio do tratamento mais favorável a outras matérias, introdução de mecanismos de combate à precariedade, reforço de poderes da ACT na busca e denúncia de abusos nos despedimentos coletivos, alteração dos valores das indemnizações por despedimento, regresso aos montantes em vigor no período pré-troika do trabalho suplementar ou a reintrodução de mais dois escalões no IRS para uma política fiscal mais justa e menos agressiva aos rendimentos do trabalho (salários e pensões).

São reivindicações em matérias importantes, que não esgotam todas as questões em que a UGT esteve envolvida:

- como esquecer a luta pelos 25 dias de férias, pela redução do horário de trabalho ou a valorização do trabalho por turnos, entre outras?
- **chegados ao momento decisivo de votação do OE/2022, a extrema-esquerda parlamentar rejeitou a proposta do mais social OE dos últimos seis anos da governação socialista, fazendo ruir muitas das reivindicações sindicais, que apesar de discutidas em sede parlamentar, coincidiam com as posições que a UGT há muito vinha defendendo.**

Tal infeliz decisão política, da exclusiva responsabilidade e calculismo político de PCP e BE, não faz cair e/ou esquecer as reivindicações da UGT neste processo complexo e árduo, sobretudo atentos os principais partidos que, nestes quase 48 anos de regime democrático, têm alternadamente governado Portugal e que têm a responsabilidade de implementar as medidas que, de forma construtiva, a UGT foi suscitando e apresentando nas várias sedes em que intervém – CPCS e frentes sindicais da Administração Pública e/ou reuniões bilaterais com empregadores ou Governo.

É este compromisso que, de forma reiterada, a UGT e os seus sindicatos se preparam para (re)apresentar aos partidos políticos que se candidatam a nova legislatura nas eleições do próximo dia 30 de Janeiro de 2022.

Os compromissos são para manter – não esquecendo a importância do salário mínimo nacional, que a partir de 1 de janeiro atingirá os 705,00 euros, mas cujo crescimento se exige que se mantenha, por forma a atingir os 1000,00 euros em 2028, num aumento sustentado pelo expectável crescimento da economia nos próximos anos, e pelos apoios dos fundos estruturais europeus, quer do PRR, quer do PT2030, onde os trabalhadores também terão uma palavra a dizer, sobretudo aqueles que têm rendimentos mais frágeis e que importa colocar num patamar de **TRABALHO DECENTE E SALÁRIO DIGNO.**

Importa passar das palavras simpáticas aos atos – o paradigma dos baixos salários tem de ser definitivamente abandonado em Portugal, afastando as teorias destrutivas de muitos – como a OCDE – que acusam o aumento do SMN ser responsável pela falência ou insustentabilidade de muitas empresas. NADA MAIS FALSO E SEM PROVAS.

O aumento do salário mínimo contribui para a sustentabilidade da segurança social pública, dinamiza a economia através do estímulo ao consumo e promove a mobilidade social pela via do incremento de mais rendimento disponível para as famílias.

A penalização das empresas que recorrem, de forma abusiva e sistemática aos despedimentos coletivos, como forma de embaratecer os custos da mão-de-obra e o recrutamento via outsourcing, com recurso a contratos precários e baratos junto dos mais jovens, são práticas

que a UGT tem vindo a denunciar e a combater, **daí que tenhamos proposto medidas dissuasoras deste aproveitamento por parte, sobretudo de grandes Bancos nacionais, que decidiram aproveitar a gravidade e a infelicidade da pandemia para reestruturar as suas empresas, colocando uma pressão inaudita sobre trabalhadores a partir dos 50 anos de idade, sem perspectivas de futuro quanto a conseguirem, com essa idade, encontrar emprego no setor, ou noutro qualquer.**

A ferocidade do ataque patronal para atingir os objetivos de redução do número de trabalhadores foi desproporcional ao peso e sucesso dos sindicatos, tal foi a avalanche de processos de rescisão por mútuo acordo a milhares de trabalhadores e o apoio jurídico e político-sindical que os sindicatos patrocinarão.

E é neste campo que importa clarificar a letra e o espírito da legislação laboral – mútuo acordo não pode significar assédio ou chantagem. Pois foi o que aconteceu em tantos e tantos casos, em que os trabalhadores se sentem perdidos na sua decisão, mesmo contando com o apoio sindical. Que o digam, entre outros, os milhares de bancários que recorreram e se mantêm em acompanhamento psiquiátrico, com mazelas consistentes, tal foi a pressão a que foram sujeitos.

Com o exemplo a vir de um dos setores mais pujantes da economia e inovadores na tecnologia e na digitalização – Bancos com milhões de lucros este ano – **só podia acontecer que o exemplo replicasse para todos os outros setores de atividade económica – veja-se o caso da TAP, que despediu centenas de trabalhadores dos vários setores da empresa e agora contrata jovens a preço de saldo, precários e com pouca formação, para acudir à retoma do setor.**

O Governo que vier a resultar das eleições de 30 de Janeiro de 2022 tem enormes desafios pela frente.

Mas seja quem for que vier a desempenhar funções governativas, sabe que a UGT tem uma genética construtiva, mas exigente, de compromisso e de proposição.

O diálogo social não pode servir só para ser mostrado em momentos institucionais nacionais ou internacionais de exaltação patriótica – tem de ser uma prática instituída na cultura portuguesa, seja para patrões, seja para sindicatos.

Os países onde o diálogo social frutifica e a negociação coletiva não é um faz-de-conta são os que têm mais contratação coletiva, maior número de trabalhadores abrangidos, mais elevadas taxas de filiação sindical e melhores condições de vida.

Cabe, pois, a todos e a cada um de nós, saber o seu lugar na pirâmide social, económica e política e melhorar a articulação entre Governo e Parceiros Sociais.

E neste aspeto de diálogo social, a UGT reafirma, sem temor, que este Governo, que agora cessa funções, ficou muito aquém nos objetivos a que o diálogo obriga, ao recusar sistematicamente em algumas áreas da governação as reuniões bipartidas, ou simplesmente não ter nada, absolutamente nada para dizer aos sindicatos.

O diálogo, por si só, fica vazio de intenções e desaparece se não resultarem consequências que os trabalhadores entendam como positivas.

As matérias salariais e a valorização das carreiras na administração pública foram constantemente dificultadas ou obstaculizadas por incapacidade das tutelas governativas.

Os culpados da ineficácia e da ausência de respostas NÃO SÃO OS SINDICATOS.

A construção democrática não se esgota nos partidos políticos.

A democracia participativa, sobretudo a que se articula na sociedade civil organizada, através dos parceiros sociais e económicos, é fundamental para o sucesso de sociedades mais inclusivas, promissoras e com um grau de desenvolvimento que permita aos seus cidadãos procurarem nela o seu futuro, em vez de lhes mostrarem a porta da emigração.

O Portugal dos baixos salários está em convulsão.

É tempo de o próximo Governo olhar para este paradigma da sociedade portuguesa e auto-convencer-se de que há que erradicar esta doença estrutural, que provoca desigualdades, exclusão e pobreza.

Não é esta a campanha da OIT sobre o Trabalho Digno.

Não é este o espírito que presidiu à Cimeira Social do Porto de maio de 2021, que a UGT apoiou, esteve presente e se empenhou no seu sucesso – mais uma vez sozinha no contexto sindical nacional.

IMPORTA REAFIRMAR QUE OS COMPROMISSOS ALCANÇADOS PELA UGT COM O GOVERNO DO PS SÃO PARA IMPLEMENTAR NO FUTURO, SE ESTA FORÇA POLÍTICA FOR, DE NOVO, GOVERNO.

MAS TAMBÉM IMPORTA GARANTIR JUNTO DO MAIOR PARTIDO DA OPOSIÇÃO – O PSD – QUE, CASO SEJA GOVERNO, SE COMPROMETE A DISCUTIR COM A UGT A TEMÁTICA QUE PRESIDIU À CAMPANHA INTERNA DO DR. RUI RIO – MELHORES SALÁRIOS, MELHORES EMPREGOS.

APRENDER COM O PASSADO

REFORÇAR O DIÁLOGO SOCIAL NO COMBATE À PANDEMIA

Portugal prepara-se para iniciar o ano de 2022 com um novo período de confinamento, tentando prevenir potenciais aumentos de contágios resultantes do período festivo de Dezembro.

A UGT não questiona a decisão de se realizar um novo período - de curta duração - de teletrabalho obrigatório e de desfasamento de horários, mesmo tendo noção de que tal colide muitas vezes com a negociação coletiva acordada com os sindicatos.

Mas, precisamente por isso e por sabermos que as medidas tomadas são insuficientes, devemos reiterar aqui algo em que já insistimos em momentos anteriores: É NECESSÁRIO DIALOGAR COM OS SINDICATOS!

O teletrabalho obrigatório e o desfasamento de horários têm de ser acompanhados de uma garantia de condições de trabalho, de saúde e segurança adequadas e justas para aqueles que vão estar em suas casas ou que vão continuar nos seus locais de trabalho.

O teletrabalho obrigatório e o desfasamento de horários têm de ser acompanhados de condições de segurança que vão além dos locais de trabalho, mas que são essenciais para proteger os trabalhadores, como nos transportes.

E o objetivo de reforço das condições de trabalho será sempre melhor assegurado se não se passar, como no passado, ao lado do diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores.

E a UGT e os seus sindicatos devem deixar claro: NÃO ACEITAREMOS NOVOS ATROPELOS À LEI!

Não aceitaremos que muitos empregadores recusem pagar os acréscimos de despesas com teletrabalho.

Não aceitaremos empregadores que obriguem os trabalhadores a gozar férias, quer forçando a sua marcação, quer forçando o encerramento da empresa.

Não aceitaremos que sejam os trabalhadores a pagar este novo confinamento com os seus direitos ou com os seus salários.

E, por esse mesmo motivo, devemos dizer claramente também ao Governo: o apoio social aos progenitores durante a suspensão das actividades letivas tem de ser pago a 100%

Os trabalhadores não conseguem suportar mais períodos com perdas de rendimentos, não lhes devendo ser impostas condições que promovam mobilidades e agravem riscos de contágio.

É da mais elementar justiça que, quando até o layoff simplificado é pago às empresas a 100%, não sejam os pais com filhos até 12 anos a verem de novo cortado o seu rendimento.

O FUTURO ESTÁ AÍ.

O ENCERRAMENTO DA CENTRAL DO PEGO DEVE SER UM (BOM) EXEMPLO!

A UGT registou muito positivamente o compromisso do Governo de, no processo de encerramento da Central do Pego, garantir o acesso a formação profissional de requalificação, cujo valor será complementado pelo Estado até perfazer 100% do salário.

O acesso a formação profissional, a processos efetivos de requalificação e a apoios sociais que garantam a não perda de rendimentos, é o caminho para assegurar que os processos de transição digital e ambiental que atravessamos, e atravessaremos, sejam realizados de forma adequada e solidária, com eficácia económica e ambiental, mas igualmente com justiça social.

As soluções encontradas e a encontrar para os trabalhadores da Central do Pego NÃO devem constituir UM CASO ISOLADO, ditado por efeitos mediáticos, ou por um período pré-eleitoral, mas encaradas como um verdadeiro exemplo para o futuro!

O COMBATE À PANDEMIA E O PROCESSO DE VACINAÇÃO

A UGT tem defendido que o processo de Vacinação deve continuar, de forma célere e organizada, como forma de promover a imunidade e a criação de defesas capazes de suster o surgimento de novas infeções.

Daí que apoiemos o processo de vacinação aos mais jovens, determinado pelas autoridades de saúde, fomentador de um maior controlo da pandemia no ambiente escolar, tão propício à disseminação do vírus junto de toda a comunidade educativa e respetivas famílias.

Continuamos a defender que cabe a cada um promover as necessárias ações prudenciais e de redução de contágios - lavagem e desinfeção das mãos, uso de máscara em todos os locais fechados - especialmente nos transportes – e distanciamento social, para além de apelarmos a todos os trabalhadores e suas famílias que se VACINEM – não sendo obrigatório, constitui um meio de defesa de cada um e de todos quantos estão à sua volta.

E reafirmamos a nossa saudação a todos os valentes, corajosos e resilientes profissionais de saúde, que continuam a dedicar as suas vidas a salvar outras vidas.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido na sua sede, em Lisboa, no dia 17 de dezembro de 2021, deseja a todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores um FELIZ NATAL E UM PRÓSPERO ANO NOVO DE 2022, conscientes de que, os desafios com que fomos confrontados nestes últimos dois anos, em matéria de saúde, não irão desaparecer no dia 31 de dezembro de 2021.

Há, pois, que continuar a organizar as nossas vidas com as necessárias cautelas e precauções, para que 2022 seja um ano de mudanças positivas aos tempos atípicos que temos vivido.

O Secretariado Nacional voltará a reunir no dia 21 de Janeiro de 2022 e aí contamos rerepresentar a nossa política reivindicativa para o próximo ano, para que os partidos políticos candidatos ao ato eleitoral de 30 de Janeiro saibam que os trabalhadores NÃO SE ESQUECERÃO DAS PROMESSAS ELEITORAIS.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2021

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT